

COLETIVOS PORTUGUESES

Entre oportunismos e compromissos de ação política-artística

PORTUGUESES COLLECTIVES

Between opportunisms and political-artistic action commitments

Ana Elísia da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
ana_elisia_costa@hotmail.com

Jorge Bassani

Universidade de São Paulo (USP), Brasil
jbassani@usp.br

RESUMO

O cenário cultural e político no final do século XX afirma a atuação dos coletivos nas cidades. São grupos multidisciplinares, horizontais, autônomos, cujas ações criativas ocupam o espaço urbano. Em Portugal, a atuação desses coletivos é tardia, em torno de 2013, e imbrica-se com a própria história do país, impondo especificidades, cuja discussão é objetivo do artigo. Parte-se da hipótese que tais coletivos, por imposições pragmáticas e subordinação institucional, se afastam do fazer artístico sem, contudo, perder uma dimensão “polis-tica”. Questiona-se, contudo: qual elasticidade e limites desta interface? Recorrendo à pesquisa bibliográfica, documental e de campo, é analisado o coletivo Rés-do-Chão, um dos mais atuantes em Lisboa, de cuja *praxis* pode-se depreender lições e exemplificar, sem generalizar, especificidades dos coletivos lusitanos. Entre a ressignificação de práticas e ampliação do campo de atuação profissional, são sinalizadas possíveis barreiras e a contínua transformação do que venha ser os próprios coletivos.

Palavras-chave: coletivos, ação política-artística, intervenções urbanas, Portugal.

Linha de Investigação: 3. Dinâmicas urbanas **Tópico:** Urbanismo insurgente e coletivos urbanos

ABSTRACT

The cultural and political scenario at the end of the 20th century affirms the performance of collectives in cities. They are multidisciplinary, horizontal, autonomous groups, whose creative actions occupy the urban space. In Portugal, the performance of these collectives is late, around 2013, and intertwines with the country's own history, imposing specificities, whose discussion is the objective of the article. It is assumed that such collectives, due to pragmatic impositions and institutional subordination, move away from artistic practice without, however, losing a “political” dimension. However, the question is: what elasticity and limits of this interface? Using the bibliographic, documentary and field research, the Rés-do-Chão collective is analyzed, one of the most active in Lisbon, whose praxis can be learned from and exemplified, without generalizing,

specificities of Portuguese collectives. Between the reframing of practices and the expansion of the field of professional activity, possible barriers and the continuous transformation of what may be collectives are signaled.

Keywords: urban collectives, political-artistic action, urban interventions, Portugal.

Thematic clusters: 3. Urban dynamics **Topic:** Insurgent urbanism and urban collectives

Introdução

O cenário cultural e político no final do século XX circunscreve a afirmação da atuação dos *coletivos urbanos*. Neste cenário, a arte defendia que viver é um ato social, portanto, cultural, cuja transformação deveria se dar na própria vida social. Assim, propunha práticas a partir da experiência *de e na* vida, no cotidiano do espaço urbano, território das relações sociais. A política, por sua vez, assistia ao enfraquecimento do papel do estado, como instituição pública repressora e/ou reguladora dos abusos do livre mercado, e ao fortalecimento do capitalismo neo-liberal ou flexível (Harvey, 2005), que substituiu a lógica social *disciplinar* (Foucault, 1998) pela *sociedade de controle* (Deleuze, 1992). Quando enunciados das políticas neoliberais, iniciadas desde a era Reagan-Thatcher, definiram as condições urbanas da maior parte do mundo, as ações dos coletivos se multiplicaram e se afirmaram.

Coletivos urbanos, aqui, são entendidos como grupos autônomos, desvinculados de instituições, auto-gestionados horizontalmente, cujas ações *criativas* (artísticas ou não), multidisciplinares, colaborativas e participativas, são territorializadas no espaço urbano (Bassani, 2019). Novas mídias e trabalho em *rede* configuraram alguns padrões de discursos e estratégias destes agrupamentos.

A despeito de generalizações, são verificáveis especificidades entre coletivos de geografias e momentos distintos. Entre Portugal, Espanha e Brasil, especificidades são compartilhadas, visto que, na segunda metade da década de 1970, superavam ditaduras. Embora com motivações e resultados diferentes, neste momento, a cena cultural desses países é marcada pelo surgimento de grupos de artistas que atuam nos espaços da cidade e não reconhecem a autoria individual de sua arte.

Portugal, possivelmente, vivia o maior isolamento durante o Estado Novo, se comparado com os outros dois países. Como disse Salazar, Portugal caminhava “orgulhosamente só”!¹ Grande parte da crítica de final do século aponta para este isolamento nas artes (Nogueira, 2009; Metelo, 2014; Dias, 2015), entretanto, ressalta esforços no sentido de se internacionalizar após a Revolução de Abril. Nesse sentido, no plano cultural, registra-se percursos marcantes, de Ernesto de Sousa à Vhils, e, no econômico, a entrada na Comunidade Europeia (1986). O que se segue, contudo, não é animador, atingindo seu ápice com a visita da Troika² (2011). Dificuldades são enormes em lidar com a nova lógica do capitalismo internacional globalizado, distante tanto da economia colonialista do Estado Novo, quanto do imaginário socialista da Revolução dos Cravos.

Uma das lógicas decorrentes desse processo é a operação das cidades como ativo econômico, no primeiro momento, voltado ao turismo. Disso decorrem medidas de desregulamentarização do mercado imobiliário, como as que buscam facilitar transmissões de propriedades, atualizações de contratos de aluguel e licenciamentos de obras, incentivando, assim, interesses de promotores em reabilitar e arrendar edifícios com rápida recuperação do capital investido. As cidades, transformadas em lugar privilegiado de produção-circulação de capital e onde a habitação ganhou *status* de mercadoria, passaram a viver processos de especulação imobiliária e gentrificação e conseqüente descaracterização do seu tecido urbano-social (Coíás, 2019; Correia, 2019).

Essas políticas neoliberais são particularmente experienciadas no mundo nos anos 1990 (Harvey, 2006; 2014) e conhecidas a fundo em Portugal nas primeiras décadas do Século 21. Suas cidades, especialmente

¹ Pronunciamento de SALAZAR (n.d.), em favor de não abdicar das colônias, apesar da pressão internacional.

² Aliança entre FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Lisboa, Coimbra e Porto, escorrem das mãos de seus moradores a urgência de agarrá-las de volta mobilizou e tem mobilizado manifestações de alguns setores culturais, entre os quais os coletivos.

Com exigências e estratégias, formatos e discursos diferentes, as principais frentes dos coletivos portugueses tem sido a luta por questões relativas ao direito à moradia, tema urgente frente ao referido processo de gentrificação, e à qualificação dos espaços públicos com impacto social. Estas práticas, na maioria dos casos, são financiadas por poderes instituídos, o que coloca em questão a autonomia das mesmas diante do desafio de emancipar a população dos domínios desses poderes; mas são também territorializadas, desenvolvidas através de um íntimo contato com a realidade do tecido físico e social.

É nesse aspecto que o artigo coloca foco: objetiva investigar o formato dos coletivos de arquitetos portugueses, entre a tradição de ação política-artística e o alargamento de novas formas de exercício profissional. Questiona-se: qual a elasticidade e limites desta interface? Parte-se da hipótese que, por imposições pragmáticas, esses coletivos se afastam do fazer insurgente, ou aquele de invadir a cidade com coisas urbanas, sem, contudo, abdicar de uma dimensão política (ou *polis-tica*). Ao se territorializarem em comunidades específicas, esses coletivos (re)significam práticas tradicionais e ampliam o campo de atuação profissional do arquiteto de forma propositiva.

No recorte deste artigo, coloca-se como objeto de estudo empírico a atuação do coletivo *Rés-do-Chão*, em Lisboa, mais especificamente, na freguesia de Marvila³. Pelas vias de pesquisas - bibliográfica, identificando possíveis marcos teóricos e estratégias; de campo, visitando projetos e entrevistando envolvidos; e documental, analisando suas práticas-, busca-se analisar e aprender com a sua própria *praxis* e, sem generalizar, apontar especificidades de estratégias e discursos lusitanos, entendendo estas em contínua transformação.

Nascido no marco de 2013, o *Rés-do-Chão* é composto por equipe multidisciplinar e se propõe a desenvolver estratégias para a qualificação do espaço público, a partir do suporte de financiamentos e apoiadores de diversas ordens. Apesar de não se reconhecerem propriamente como um *coletivo*, sua atuação tem sido registrada como tal ou como um escritório de formato “alternativo”, voltado à “arquitetura participada” ou a “projetos de regeneração social com impacto social” (Bassani, 2019; Rock Project, 2019; Brandão, 2015). Destacado em premiações, debates públicos nacionais e internacionais e até programas de televisão, o *Rés-do-Chão* pode, como poderia ser outros, ocupar um lugar de caso exemplar. Por seu perfil pouco rígido, entende-se que a análise do grupo pode representar uma forma de discutir a diversificação, diluição e até cooptação dos coletivos pelo sistema dominante, possibilitando, em instância última, o alargamento ou reposicionamento dessa prática insurgente no contexto das cidades.

1. Colectivos em Portugal – uma genealogia

Em 16 de junho de 2017, o caderno *Ipsilon* do jornal *Público* apresenta matéria intitulada *A arquitectura como colectivo* (Salema, 2017), seguida de um artigo intitulado *Modo de Sobrevivência*, do arquiteto Jorge Figueira (2017). Figueira não versa sobre a cena de vários coletivos, mas sobre um único escritório de jovens arquitetos, o *Atelier Rua*. Esse atelier, mesmo com uma produção consistente e criativa, não caracterizaria um coletivo urbano nos formatos aqui discutidos. Figueira (2017) vai ao ponto e traz para o debate a diferenciação entre *coletivos de ativismo urbano* e *coletivos formados por jovens profissionais*, aplainados com

³ Neste contexto, o presente estudo se relaciona com pesquisa de pós-doutoramento de Ana Costa, em andamento, desenvolvida junto ao ISCTE-IUL, sob orientação de Paulo Tormenta.

mesmas denominações pela disseminação mediática. Os primeiros propõem a própria cidade e formam redes cooperativas; os segundos, “tentam correr dentro do sistema, entram em concursos, não fazem ‘auto-propostas’”, argumento esse que, certamente, é um ponto fundamental. Ambos são decorrentes da economia globalizada neo-liberal, mas diferem-se absolutamente quanto a discursos e práticas; são fenômenos que se cruzam e que produzem estágios intermediários entre um e outro, o que justifica a necessidade de um exame atento e contínuo.

O registro desta matéria no *Ipsilon*, além do referido debate, pode ainda evidenciar a discussão tardia do tema no país, se comparado a outras partes do mundo. Em 2017, o *bum dos colectivos espanhóis*⁴ já tinha quase 20 anos; e já faziam 15 anos que os coletivos da *Ocupação Prestes Maia*, em São Paulo (Brasil), tentaram impedir o despejo de moradores. Em Portugal, o fenômeno ainda era uma novidade e teve seu marco cronológico em torno de 2013, quando do projeto para a Cova do Vapor em Almada e do encontro de jovens portugueses pulverizados em coletivos de pouca atuação (*Warehouse, Ateliemob*) com coletivos espanhóis e franceses (*Zuloark, Exyst*).⁵

Essa cronologia, contudo, longe de identificar puramente um atraso, mostra a condição especial do fenômeno em Portugal. Nas suas origens, destaca-se, desde a década de 70, a considerável atuação de grupos autônomos e propositivos sobre as cidades, veja-se o *Acre* (do Porto) ou o *Grupo de Intervenção do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra* (GIPAC), cujas ações forneceram um acervo de estratégias políticas para o enfrentamento do avanço neo-liberal no mundo nos anos 2000. Outro fato de origem a destacar é que o processo de redemocratização, com a Revolução dos Cravos, foi detonado com o *povo nas ruas*, criando um imaginário para as gerações seguintes de apaziguamento com as instituições do Estado a partir daí estabelecidas.

Herdeiros dessas experiências e “insurgentes” num momento mais maduro (e crítico) do fenômeno internacional, os coletivos portugueses parecem perseguir estratégias mais mediadoras com o poder público e, ao mesmo tempo, mais próximas com comunidades urbanas para construir pressões políticas, o que carrega em si contradições.

A constituição dos coletivos portugueses, em torno do referido ano de 2013, ilustra esse argumento. Naquele contexto, de um lado, os arquitetos lidavam com as restrições do mercado formal de trabalho e/ou se inquietavam com a situação político-social e passavam a atuar propositivamente nas demandas vivenciadas e apresentadas pela cidade. De outro lado, institucionalmente, a Câmara Municipal de Lisboa lançava os programas *BIP/ZIP* (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária) e *Orçamento Participativo*, a partir dos quais, para atender reivindicações locais, eram propostos editais de intervenções urbanas. Participando desses editais e, ao mesmo tempo, atuando nas comunidades, os coletivos de arquitetos se afirmaram - de escritórios associados, assumiram o formato internacional dos *coletivos*, ou se constituíram como coletivos a partir daí, na perspectiva de construção de uma nova forma de exercício profissional.

Essa adesão e impulso promovido pelos programas institucionais tornam o caráter de insurgência, típico dos coletivos em outras geografias, menos explícitos, um tanto difuso, o que pode significar a institucionalização e domesticação das ações diretas sobre a cidade. Entretanto, em Portugal, a possível incoerência dessa

⁴Consultar revista *Arquitectura Viva*(n.145, 2014), com matéria de capa: “*Colectivos españoles - Nuevas formas de trabajo: redes y plataformas*”, reportando a 42 coletivos atuantes nos primeiros anos dos 2000.

⁵Em 2013, Sachetti destaca outros coletivos portugueses: *Ateliemob, Artéria, LIKEarchitects, Arrebata!Porto* e *Casa do Vapor*, este último, então, mobilizado para a criação de um equipamento comunitário em Almada.

relação deve ser relativizada pelo fato de que os coletivos, para participarem dos programas, deveriam apresentar propostas ancoradas nas comunidades das áreas de intervenção. Como muitos já tinham ações territorializadas antes e simultaneamente aos programas institucionais, caberia aos coletivos cultivá-las e aprofundá-las, discutindo junto com as comunidades e associações de moradores seus projetos. Disso, resulta a cena de *coletivos* (*Frame, AtelierMob, Warehouse, Rés do Chão, Artéria*) mais territorializada, se comparado a outros contextos.

1.1. Um (Dis)Curso e Estratégias

Ao definirem seus programas de atuação a partir do contato e cooperação com coletivos estrangeiros, especialmente o madrilenho *Zuloark*, coletivos portugueses se alinharam ao discurso unísono (e amplo) dos coletivos internacionais do século XX. Parte da sustentação discursiva desses está ancorada em pensadores dos anos 1960-70, quando a grande tarefa era criar novos conceitos para a sociedade mediatizada, enfatizando a desconstrução das polaridades da modernidade e propondo um passo além da dialética hegeliana. Nesse contexto, brotou extensa e complexa obra na área da filosofia e das ciências humanas, como ilustram os conceitos de *bio-poder* (Foucault, 1977) e *revolução molecular* (Guattari, 1985), e os enfoques do *cotidiano* (Certeau, 1998; Lefebvre, 1977), da batalha contra a *sociedade de controle* (Foucault, 1998) e *disciplinadora* (Deleuze, 1992), e do *urbanismo de situações* (Debord, 1972). Todos esses autores passaram por processos de diluição - experiência de colocar teorias complexas em confronto com a realidade sócio-material das cidades -, para, então, atingir a condição de ponto programático ou palavra-de-ordem. Nenhum deles, contudo, foi tão condensado e instrumentalizado em discurso como Lefebvre, em seu *O Direito à Cidade*.

Os coletivos internacionais e os portugueses, em suas perspectivas de ativismo e participação nos processos urbanos, alinham-se a essa plataforma de enunciados, em semântica, na reivindicação “não negociada” do direito à cidade e, em sintaxe, na insurgência molecular e colaborativa no cotidiano.

Em Portugal, a adesão a esses discursos, contudo, não se dá só de modo enunciativo, mas também formativo. Destaca-se aqui a operação de materialidades advindas do *low-tec*, da reciclagem de materiais e dos improvisos construtivos; e a proximidade íntima e cotidiana com culturas e problemas localizados, ou seja, a presença no território como parte integrante de sua *práxis*.

Essa estratégia de relação com a sociedade assume matizes muito particulares e constitui o traço mais sensível de diferenciação dos coletivos lusos se comparados com os de outros contextos. Claro que esta condição também é identificada em coletivos espanhóis (*Todo por Praxis, Recetas Urbanas*, por exemplo) ou brasileiros (*Contrafilé* [SP], *Ja.Ca* [BH], por exemplo), mas nestes casos ela resulta das questões programáticas de cada grupo em atribuir maior densidade aos seus projetos.

Outra evidente especificidade dos coletivos portugueses são as suas estratégias associativas. Livres do formato padrão e discursivo dos coletivos que demorou a chegar em Portugal, os grupos locais possuíam como referência cooperativas culturais do início do Século XX que, ligadas ao movimento operário, sustentavam associações horizontais e independentes. Ilustra isso os grupos culturais do Barreiro, herdeiros da decadência industrial do lugar, mas que colocaram suas ruínas no mapa cultural do país (*Adão, OUT.RA, Hey Pachuco*); ou os coletivos de hip-hop *criolo* nas periferias das cidades, duplamente territorializados, no bairro e na etnia (Guterres; Ágoas, 2011; Costa; Lopes; Bassani, 2019).

2. Rés-do-Chão

O Rés-do-Chão desenvolve estratégias de reabilitação, ocupação e dinamização de pisos térreos que, fortalecendo a economia local e relações de vizinhança, contribui para a qualificação do espaço público. Nas periferias, onde a desqualificação dos espaços públicos afeta encontros e coesões sócio-territoriais, a ativação dos pisos térreos no tecido urbano ganha relevância, principalmente quando a desocupação dos mesmos atinge índices alarmantes. (RÉS-DO-CHÃO, n.d.)

É no contexto das periferias que atuam – no Funchal, na Madeira⁶; e nas freguesias da Misericórdia (2014-2015) e Marvila (2017-2018), em Lisboa. Seus projetos são financiados por poderes instituídos – municipais (BIP/ZIP), União Europeia (projeto R.O.C.K) e Santa Casa da Misericórdia (PAES - Aceleração) -, tratados como “clientes” no *website* do grupo. O coletivo ainda agrega em torno de si um vasto número de apoiadores que, por um lado, demonstra a construção de uma rede de comunicação e saberes, como junto a instituições culturais, escolas, coletivos e associações similares; e, por outro, a possível submissão a uma lógica mercantilista de prestadores de serviços, como empresas ligadas à construção civil.

3.1. Composição do Grupo

Em 2013, as arquitetas Margarida Marques, Marta Pavão e Mariana Paisana, motivadas pela falta de perspectivas profissionais, tentavam construir uma vida fora de Portugal, seguindo passos de milhares de jovens portugueses que deixaram o país desde a crise de 2008. Neste mesmo ano, a Fundação Calouste Gulbenkian lançou mais uma edição do Concurso *Ideias de Origem Portuguesa*, criado em 2010. Com o lema *Lá se Pensam, Cá se Fazem*, o concurso se destinava a portugueses que viviam fora do país e que desejassem participar da (re) construção do país, através de projetos de empreendedorismo social nas áreas de sustentabilidade, diálogo intercultural, envelhecimento e inclusão social. As três arquitetas *exiladas* juntaram à Sara Brandão, ainda residente no país, para comporem a equipe que foi premiada em terceiro lugar. A experiência motivou a volta das arquitetas ao país e a consolidação do grupo, formalmente, como associação sem fins lucrativos em 2014.

Assim, não foi por motivações de insurgência que o grupo se formou, mas por uma possibilidade de trabalho institucionalmente apresentada. A formação do grupo original, contudo, não se sustentou por muito tempo. Algumas integrantes voltaram suas atuações para outros escritórios – Pavão, ao Cais (2014), e Brandão, ao Atelier 17 (2017) - e passaram a colaborar pontualmente com o coletivo. A saída das mesmas motivou a composição de uma equipe multidisciplinar que buscasse diversificar a atuação do coletivo - Manuel Pereira, antropólogo (2015-2018); Henrique Chaves, sociólogo (2017); e Luís Matos, pedagogo (2019) -. Hoje, a equipe tem três integrantes principais - Marques, Matos e Chaves -, os dois primeiros entrevistados neste estudo, numa sala que ocupam na Biblioteca Municipal de Marvila, graças a um financiamento⁷.

2.2. Posicionamento – profissionalização do ativismo social?

Na equipe multidisciplinar, as relações de trabalho são orgânicas: a definição dos envolvidos se dá por competências; nem todos participam da concepção, mas todos estão a par dos projetos; as mediações com a população, contudo, são sempre coletivas; não há atribuições autorais aos projetos. Mais do que

⁶ Consultoria desenvolvida entre 2017-2018 e financiada pela Câmara Municipal, para implementação do projeto *Abre Portas na Rua das Pretas*.

⁷ Entrevista realizada no dia 11/12/2019, as 18h.

multidisciplinar, contudo, o grupo se entende como *interinstitucional*, contando com parcerias que, segundo eles, são importantes por fazerem aproximações locais, tais como Câmara Municipal de Lisboa, Junta da Freguesia de Marvila, Biblioteca de Marvila, Santa Casa de Misericórdia e associações comunitárias (4 Crescente e Associação Guineense de Solidariedade Social).

Desta caracterização interinstitucional, implicando em financiamentos ou patrocínios, decorreu questionamentos relativos a orientações ideológicas e a possível adestramento ou domesticação de suas práticas. Negando qualquer tipo de militância político-partidária e “ativismo”, o papel político sustentado pelo grupo não é o de se “opor” ao poder estabelecido, mas de “mediar” relações entre esse poder e a população, sem defender ou vitimá-los, mas cobrando uma atuação isonômica de ambos. Essa mediação, segundo eles, seria competência do poder público que, ao ser negligenciada, empresta ao grupo o relevante papel de dar voz à sociedade. Quanto ao financiamento dessa atividade, alegam que isso permite o desenvolvimento de um trabalho “em que acreditam”, observando que há grande liberdade na execução do mesmo, já que os resultados não são sujeitos à crítica dos órgãos de fomento⁸.

Inqueridos sobre o limiar desta prática - entre promover a efetiva participação popular e legitimar práticas do poder estabelecido, entre envolver a população e emancipá-la -, acreditam que, mesmo sob o risco de subversão do seu trabalho, promovem algum grau de articulação ou capacitação comunitária. Naturalmente, essa situação lhes obriga a estar sempre atentos e submetidos a frustrações.

Na condição de mediadores de agentes sociais, nos parece que seus esforços centram-se na profissionalização de uma prática-outra ou uma prática-possível, superando ou ressignificando ambiguidades entre remuneração e atuação socialmente inserida, incomum no mercado de trabalho, mas similar às cooperativas culturais de tradição lusa. Para isso, apostam mais no diálogo do que no embate, mais no ativismo social do que no ideológico-político, o que, portanto, vai ao encontro do ativismo *pólis(tico)* de boa parte dos coletivos portugueses (Bassani, 2019).

Contudo, em algum grau, observa-se que essa prática se distancia dos enunciados dos anos 60-70, conforme discutido, o que pode ser justificado pelo perfil teórico-reflexivo do grupo. Nasua *webpage*, não constam eixos norteadores ou marcos teóricos-metodológicos de suas práticas, como observado em outros coletivos lisboetas, como o *Baldio*. Fora Paisana, com mestrado pela *Harvard Graduate School of Design*, os demais possuem só graduação ou especialização, indicando uma possível falta de pretensão de educação continuada e problematizadora de suas práticas. Como atributo qualitativo profissional, os currículos do grupo destacam a atuação em outros países – Brasil, Equador, Argentina, Chile, Estados Unidos, Índia.

Globalizados, multidisciplinares e colaborativos, mas não insurgentes e não intelectualizados, o grupo revela feições outras ou possíveis dos coletivos na contemporaneidade.

2.3. Prática

No *menu* de trabalhos apresentadas na *webpage* do Rés do Chão, estão – diagnóstico, reabilitação, ativação, sensibilização e consultoria. Os trabalhos de *diagnóstico e consultoria* são vendidos como produto ou mercadoria. Estes produtos, contudo, buscam ir além do levantamento de dados clássicos, mais quantitativos do que qualitativos, incorporando instrumentos e procedimentos de extenso trabalho de campo e observação da realidade - entrevistas, registro de comportamentos no espaço público e

⁸ Quanto aos patrocínios, alegam não receberem comissões, mas apenas doações de materiais ou descontos na compra dos mesmos.

participação em atividades de “auscultação” e de integração social, como assembleias e grupos comunitários. Atestam isso, os dados qualitativos expressos graficamente nos diagnósticos que desenvolvem em Marvila em 2018⁹ (Fig 1) e o seu envolvimento com a comunidade, testemunhado no cotidiano do grupo junto à Biblioteca de Marvila.¹⁰



Fig. 1 Diagnóstico Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas. 2018. Rés do Chão. Fonte: <http://resdochao.org/projectos/diagnostico-marques-de-abrantes/>

As propostas de *ativação-dinamização e sensibilização*, visivelmente, fogem do campo de trabalho dos arquitetos e o alargam, ao assumir o papel de promotores de eventos e de ações educativas – performances, intervenções artísticas, conferências, workshops, jogos -, entendidas como “momentos de reflexão conjunta sobre a desqualificação do espaço público” (RÉS-DO-CHÃO, n.d.). O coletivo capitaliza aqui o *know-how* que desenvolveu no projeto anterior junto à freguesia da Misericórdia e desenvolve propostas similares, mas atentas ao novo contexto.

Buscando promover a utilização e fruição do espaço público, desenvolveram projetos de pouco envergadura física, mas com impacto social. Destaca-se o projeto *C Bairrista – Fase I* (2018), no bairro dos Alfinetes, que mobilizou moradores em assembleias a desenvolverem pinturas coletivas no espaço público; eo projeto *Cicloficina Crescente – Marvila* (2018), que promove e incentiva formas de uso de bicicletas como meio de transporte, principalmente, junto a crianças. (Fig 2)

⁹Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas; Bairro do Condado/ Zona J; Atravessamento da Rua do Açúcar – Azinhaga dos Alfinetes.

¹⁰Marques acompanha representantes da Associação de Moradores 4 Crescente na exibição do filme “O que vai acontecer aqui?”, no dia 07/12/2019 (sábado), às 14h; e, na tarde do dia em que foi entrevistada, 11/12/2019, interagiu inúmeras vezes com frequentadores.



Fig. 2 Propostas de Dinamização – C-Bairrista e Cicloficina Crescente. 2018. Rés do Chão. Fonte: <http://resdochao.org/projectos/>

Ainda como propostas de *ativação-dinamização*, agorano âmbito dos pisos térreos, o grupo desenvolveu a *Pop-Up Loja Convida* (2018) que, com a participação voluntária de moradores, transformou uma sala desocupada em loja efêmera, onde foram desenvolvidas oficinas, workshops e reuniões comunitárias, durante o evento *Os Dias de Marvila*. A proposta foi inspirada em uma das experiências mais expressivas (ou mediáticas) do grupo na Misericórdia, onde, por iniciativa própria, alugou, reformou e promoveu a ocupação de uma loja abandonada, para ilustrar a potencialidade de modelos de arrendamento alternativos.

Entre atividade de *sensibilização*, destaca-se o projeto *Comunidade Comunica* (2018) que se relaciona com o *Agenda do Bairro* e *Rúbrica do Comércio* da Misericórdia. Em Marvila, junto com entidades dos bairros Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas, foram feitas publicações mensais que divulgavam eventos, acontecimentos e estórias dos moradores, buscando facilitar e promover a comunicação e as relações de vizinhança. Em forma de jogo, o projeto *Nosso Chão 4 Crescente*(2018) envolveu a sensibilização de jovens e crianças para boas práticas no espaço público e a experiência-piloto de seu uso foi feita em parceria com a Trienal de Arquitectura de Lisboa e a Biblioteca de Marvila.(Fig 3). Ambos projetos, contudo, tiveram curta duração ou expressão.

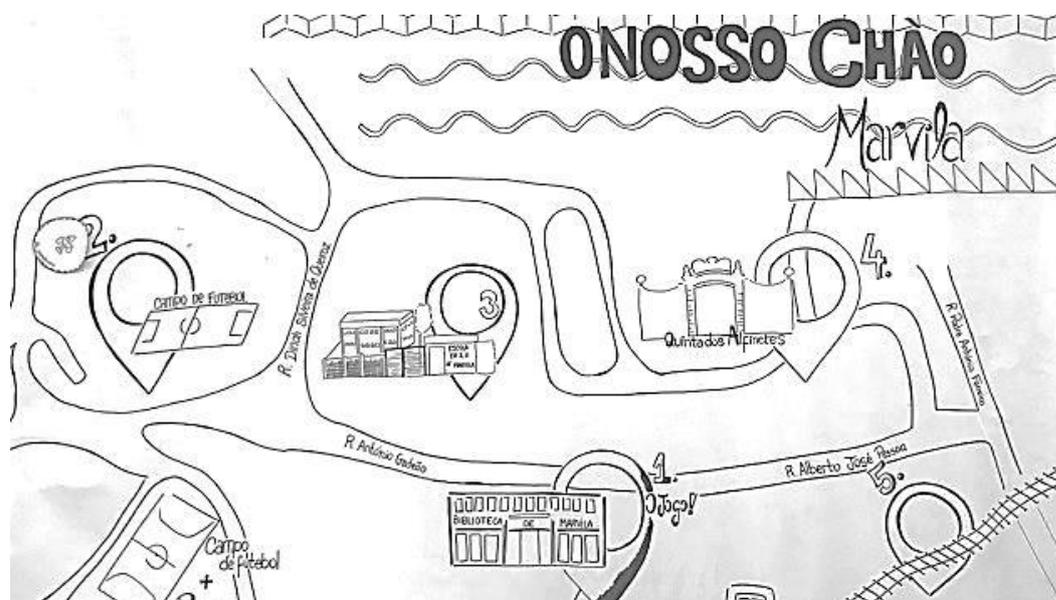


Fig. 3 Propostas de Sensibilização – O Nosso Chão – 4 Crescente. 2018. Rés do Chão. Fonte: <http://resdochao.org/projectos/>

As propostas de *reabilitação*, em fim, assumem um caráter mais físico, voltando-se à criação de equipamentos para promoção do usufruto do espaço e, no caso dos pisos térreos, a intervenções que busquem manter a identidade do edifício e sua flexibilidade de usos. (RÉS-DO-CHÃO, n.d.). Neste contexto, destaca-se o *Estúdio Comunitário* (2018), conversão de uma sala da referida Associação Guineense, no bairro do Condado / Zona J, em um estúdio de música e vídeo. Voltado à profissionalização da produção musical dos jovens do bairro, estes foram envolvidos na concepção do projeto e tornaram-se gestores do espaço, junto com a Associação. (Fig 4)

A singeleza do conjunto das propostas é evidente. Operações com materialidades baratas e improvisos construtivos desmistificam a fantasia formal da obra e sua relação passional com o arquiteto, deslocando o olhar para o menor e o imaterial. Há neste exercício um inegável idealismo que demanda sacrifícios do *status* (e do bolso?) dos envolvidos, *heroizando* não a arquitetura, mas a figura mesma dos profissionais. (Chabrad, 2019)



Fig. 4 Propostas de Reabilitação – Estúdio Comunitário. 2018. Rés do Chão. Fonte: <http://resdochao.org/projectos/>

Nesta perspectiva de uma prática-outra e projeto-outro, chama ainda atenção o discurso no *website* sobre a monitoração dos projetos. Se, por um lado, essa é uma imposição da maior parte dos órgãos de fomentos, por outro, poderia representar o entendimento do projeto como processo, como dado inacabado por ser dependente do desempenho social, exigindo assim revisões e ajustes contínuos, como na *utopia experimental* de Lefebvre (2001). Sinalizando que essa prática ainda não está sedimentada, mas ainda dependente de mais um *financiamento*, o grupo parece não ter maiores reflexões sobre o tema. Ilustra esse argumento o fato de terem migrado da Misericórdia para Marvila, “pelo desejo de aplicar a metodologia em áreas com problemas semelhantes”, em detrimento da necessidade de gestionar problemas decorrentes da transformação drástica sofrida pela Misericórdia nos últimos de cinco anos, quando passou a ser *cool* em Lisboa e os seus térreos, de desocupados a generosas fontes de renda. Resta saber quando darão por acabado os projetos – quando acabarem os financiamentos?

4. Considerações Finais

O perfil de atuação do Rés-do-Chão sustenta louvores e contradições. Politicamente, suas práticas são estabelecidas a partir de uma experiência *de* e *no* espaço urbano, e volta-se à emancipação social, através de ações educativas e do envolvimento processual da comunidade na concepção e gestão dos espaços. É, portanto, uma prática política que põe em cheque o papel autoral do arquiteto e seu envolvimento exclusivo com projeto-produto. A condição artística de suas obras como forma de dar visibilidade aos problemas sociais, contudo, é pouco expressiva. Apesar de, potencialmente, alterarem a percepção e a distorção funcional da cidade, não chocam ou criam questionamentos, não buscam códigos-outros (Bassani, 2019). A ausência de artistas na sua equipe, impedindo uma reflexão diversificada sobre a cidade e seus modos de vida, pode justificar a ausência de uma postura provocativa, assim como o perfil teórico-reflexivo do grupo e o comprometimento com financiadores.

Assim, se, por um lado, o coletivo consegue dar um salto qualitativo na prática profissional, resignificando a forma de atuação a partir de modelos cooperativos e *pólis(tico)s*, por outro, não desprende da oferta de produtos comercializáveis, impregnadas de pragmatismo e vazios de provocação artística. Essa contradição,

contudo, pode ser entendida dentro do contexto histórico em que o Rés-do-Chão, ou a maioria dos coletivos portugueses, se insere, não sendo possível ser afastada dele.

Depara-se com a constituição, entre avanços e estanqueidades, de uma nova prática profissional que, como no projeto utópico de Lefebvre (2001), não permite sínteses efetivas, modelos rígidos, massim, reconstruções nunca acabadas, definidas a partir da própria *praxis* e examinadas continuamente a partir de seus sucessos e fracassos. Só assim, pode-se alargar ou reposicionar o papel e a prática dos coletivos ou dos “novos” escritórios de arquitetura.

4. BIBLIOGRAFIA

BASSANI, J. (2019). Das intervenções artísticas à ação política urbana. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, S. (2015). Rés-do-Chão: uma questão de interesse público. 3º Encontro de Urbanismo - Reinventar a Cidade, Transformar Lisboa, Lisboa, Centro de Informação Urbana de Lisboa, 18 junho.

CERTEAU, M. (1998). A invenção do cotidiano – Artes do fazer. Petrópolis: Ed Vozes.

COSTA, P.; LOPES, R.; BASSANI, J. (2019). BRR 2018: quando a periferia se torna trendy. Lisboa: Dinâmia' CET-IUL; São Paulo: Universidade de São Paulo.

DELEUZE, V. (1992). Conversações, 1972 – 1990. Rio de Janeiro: Ed 34.

DIAS, I. C. (2015). O corpo como texto: Poesia, performance e experimentalismo nos anos 80 em Portugal. Tese de doutoramento. História Contemporânea, Universidade de Coimbra.

FOUCAULT, M. (1998). Vigiar e punir. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

FOUCAULT, M. (1977). A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

GUATTARI, F. (1985). Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense.

HARVEY, D. (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.

HARVEY, D. (2006). Espaços de esperança. São Paulo: Loyola.

HARVEY, D. (2014). Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes.

LEFEBVRE, H. (2001). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, H. (1977). Critique de la vie quotidienne, vol.1. Paris: L'Arche Éditeur.

MUNUERA, I. L. (2014). Notas sobre o “bum” Espanha Colectiva. Revista Arquitectura Viva (Madri), 145, 15-19.

METELO, V. G. (2014). Focos de intensidade / Linhas de abertura – A activação do mecanismo performance 1961-1979. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

SACHETTI, V. (2013). Non abbiamo sempre bisogno di costruire. Revista Domus (Milão), 971, 48 -57.

Fontes eletrônicas:

CHABRAD, P. (2017). Utilitas, firmitas, austeritas. Revista Punkto (Lisboa), ed. 24. <https://www.revistapunkto.com/2017/03/>(consulta: 23/10/2019).

CÓIAS, V. (2019), Revolução em Lisboa, antes da Troika. Jornal Público (Lisboa), 27 set. <https://www.publico.pt/2019/09/27/opiniao/opiniao/revolucao-lisboa-troika->

[1888185?fbclid=IwAR1hHpUYjPC422KjX-G7OdVOufVzuMZXQJxftsF-V2Rb7Dos8c4CjBeRRMY](#)(consulta: 23/10/2019).

CORREIA, M. (2019). Um Governo de esquerda... mas não muito. A face oculta do milagre português. *Jornal Le Monde Diplomatique (Brasil)*. 2 set. <https://diplomatique.org.br/a-face-oculta-do-milagre-portugues/?fbclid=IwAR02dJ0xI7E3j4E6opPNKcf0YXabVwMv31QHK4QXO3UwHBMU81Qkq9dAv8>(consulta 28/12/2019).

DEBORD, G. (1972) *Arquitetura selvage*. Set. Disponível em: <http://juralibertaire.over-blog.com/article-6220914.html> (consulta: 12/04/2019)

FIGUEIRA, J. (2017). Modo de sobrevivência. *Jornal Público (Lisboa)*, 16 jun. <https://www.publico.pt/2017/06/16/culturaipsilon/noticia/os-rua-modo-de-sobrevivencia-1775555>(consulta 14/08/2019).

GUTERRES, A. e ÁGOA, F. (2011). No bairro: associativismo jovem na periferia de Lisboa. <http://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/no-bairro-associativismo-jovem-na-periferia-de-lisboa> (consulta: 23/01/20).

NOGUEIRA, I. (2009). Anos 70 – atravessar fronteiras. Catálogo - Fundação Calouste Gulbenkian. <http://www.artecapital.net/opiniao-90-isabel-noqueira-anos-70-atravesar-fronteiras>. (consulta 12/10/2018).

RÉS DO CHÃO (n.d.) <http://resdochao.org/>(consulta: 28/12/2019).

ROCK PROJECT (2020). *New Governance Models for Creative, Sustainable and Circular Cities*, mar. <https://rockproject.eu/uploads/news/documents/kdoOOD0PyztJnOLGsx6TAZevaGd6gguNSVxxfWAf.pdf>(c onсульта 28/12/2019).

SALAZAR, A. de O. (n.d.). *Combatemos sem espetáculo e sem alianças. Orgulhosamente, nós*. <https://www.youtube.com/watch?v=WjcNjph-rWE> (consulta: 18/02/20).

SALEMA, I. (2017). A arquitectura como colectivo. *Jornal Público (Lisboa)*. 16 jun. <https://www.publico.pt/2017/06/16/culturaipsilon/noticia/os-rua-modo-de-sobrevivencia-1775555>. (consulta 14/08/2019).